

A VALORIZAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA HISTÓRICA E ATUAL

Nome do aluno Maria Rosana de Oliveira Castro, e- mail mrosan@ufpa.br (bolsista PIPES – UFPA)
Nome do Orientador Prof^a. Dr.^a Ney Cristina Monteiro de Oliveira, e-mail: souzaoli.bel@zaz.com.br
(Sigla do Departamento: DAPE/ Unidade – UFPA,)

Resumo: A Valorização Docente na Perspectiva Histórica e Atual é uma pesquisa que tem por base a contextualização da profissão docente, fazendo um levantamento na literatura e em outros documentos complementares, sobre essa profissão. Construindo uma base histórica e um quadro atual da docência no país e particularmente no Estado do Pará.

Abstract: The valorization of the teachers in history and today is a study based on the context of the job of the teacher, making a contradiction of the literature and other completing documents about the job of the teacher. It makes a historical base and actual picture of the teachers in the land and especially in the state of Para.

Historicamente a profissão docente está relacionada à idéia de que a educação é uma das formas que os indivíduos encontram para efetivamente participarem da sociedade. A história da profissionalização docente aponta diferentes percursos e possibilidades de atuação diante dos diferentes contextos sociais vividos.

Atualmente a identidade do profissional docente tem sido redefinida em função de uma sociedade em rápida transformação de perspectiva e valores, o que tem demandado tanto dos profissionais quanto dos sistemas educativos nos quais estão inseridos, ações que possam responder a esses desafios.

No presente estudo, procedemos de uma análise bibliográfica e documental, através dos quais podemos tratar a história da profissão na perspectiva histórica e atual .

A pesquisa foi estruturada a partir de informações históricas contempladas na literatura e de base de dados oficiais (SEDUC, SEMED, INEP - MEC).

A exposição que aqui será feita abordará três tópicos: o primeiro, **A profissão docente na perspectiva histórica**, faz um levantamento da profissão docente apresentando-a no contexto da Antiguidade Clássica, Moderna e Contemporânea; o segundo, *Inserção da mulher na profissão docente*, faz um breve levantamento acerca da feminização da profissão docente demonstrando como a mulher é introduzida na profissão, e o terceiro tópico, *A valorização docente no contexto atual*, procura fazer uma análise dos dados atuais sobre a formação docente no Brasil destacando a situação do Estado do Pará de maneira particular os municípios de Belém e Santarém.

A VALORIZAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA HISTÓRICA E ATUAL

1. A PROFISSÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A perspectiva histórica do trabalho docente está relacionada a uma idéia de que a educação é a forma que os indivíduos encontram para efetivamente participarem da sociedade; pois a educação é considerada como processo que possibilita tanto a integração como o desenvolvimento individual e coletivo. *"Integrar-se em um grupo, assimilar e assumir sua cultura é tarefa primordial do ser humano."* (COSTA, 1995: 63) O trabalho docente está relacionado à idéia de educação como um processo pelo qual as sociedades transmitem seus costumes, tradições, valores, ou seja, sua cultura e a profissão docente seria o instrumento necessário para sistematização da transmissão cultural das sociedades, estas que a princípio a faziam somente de forma oral.

A medida em que o homem e natureza se relacionam, complexificam-se e modificam-se historicamente, pois através desse movimento de criação e reprodução ele a transforma e produz para sua sobrevivência. Esse movimento dialético de criação e transformação do homem e do seu mundo é o que sociologicamente conceituamos enquanto cultura. Esse entendimento é necessário, para que possamos contextualizar os diferentes momentos e exigências já feitas ao papel da escola na humanidade e por consequência de seus profissionais.

A profissão docente como concebemos hoje só se estrutura a partir do século XV, é bem verdade que na civilização ocidental nas cidades gregas Esparta e Atenas e também em Roma tiveram formas próprias de concretização do trabalho docente.

A sociedade burguesa, em suas atividades econômicas na cidade dá uma contribuição significativa no surgimento do novo homem *"cujá concepção de mundo diverge, inteiramente, da concepção de mundo do homem medieval"*(COSTA, 1995: 63). O homem está voltado para uma realidade presente em seu mundo real onde sente a necessidade da transmissão de conhecimentos principalmente para as crianças. A escola e a escrita tem um papel importante para a classe burguesa, *"formam uma mediação cultural ativa de importância decisiva no processo de emergência da sociedade de classes moderna, inaugurando-se o processo de mobilidade social por meio da escola."* (COSTA, 1995: 74) O papel de educar as crianças e os mais jovens deixa de ser da família e da comunidade e transfere-se para a escola.

A constituição do trabalho docente no seio da civilização ocidental acontece paralela às mudanças na forma de conceber o mundo que acontecem na Grécia ao longo dos séculos registrando-se o surgimento da escrita, da moeda, da lei e da polis.

"Com o surgimento da escrita amplia a possibilidade de articulação abstrata do pensamento, que passa a não se basear unicamente na memória pessoal. A lei, agora escrita, tende a libertar-se da arbitrariedade dos reis e submeter-se à dimensão humana da discussão." (COSTA, 1995: 64)

Com o surgimento desses novos elementos, o homem dá início a um novo estágio de seu desenvolvimento o qual se desvincula do divino e abraça o humano que se deixa conduzir pela razão. A educação grega desse período (século XII ao VIII a . C.) é voltada para a formação do nobre guerreiro e o educador que surge e o **preceptor** que tem a responsabilidade por uma educação integral, este por sua vez nem sempre tem uma boa conduta na qual as crianças possam se espelhar.

Em Esparta, o Estado procura oferecer o melhor para a formação da criança procurando agrupá-las por idade tendo como dirigentes aqueles que mais se distinguem. *"O ideal pedagógico consistia no cultivo das virtudes guerreiras, distanciado do conceito moderno de instrução"* (COSTA, 1995: 65) as mulheres também recebem educação semelhante aos homens, fazendo com que se diferencie de uma educação restrita ao âmbito familiar. Já em Atenas a educação visava a formação do cidadão da pólis, e acrescenta-se à educação física a formação intelectual que é necessária a *"classe emergente dos comerciantes que surge em oposição à antiga aristocracia."* (COSTA, 1995: 66) As mulheres tem uma educação diferenciada dos homens, no final do século VI a. C. surge as formas simples de escola, as meninas são educadas em casa, no gineceu, onde aprendem afazeres domésticos. Os meninos aos sete anos são retirados das famílias, recebem educação física, musical e alfabetização, neste tempo surgem diferentes educadores onde cada um tem sua função e prestígio social diferente,

"O pedagogo é o que conduz a criança ao lugar onde receberá a preparação física pelo pedótriba (instrutor físico). (...) o gramático ou didáscalo ensina leitura e escrita a um grupo de alunos em qualquer lugar – uma praça, uma esquina, uma sala – e não tem o mesmo prestígio do instrutor físico, sendo geralmente, humilde e mal pago ." (ARANHA Apud COSTA, 1995: 66)

No seio da Grécia clássica, desenvolve-se ainda quer por exigência, uma formação intelectual em três níveis de educação que compreende a educação elementar para todos, uma educação nos ginásios para os que tem mais posses e uma educação superior que visa a formação cívica. O novo ideal de educação não está mais voltado para a formação de herói determinado pelo destino mais para a formação do cidadão, em meio a essas mudanças na maneira de conceber o mundo surge um novo personagem na educação grega chamado de **sofista**. Os sofistas eram, "...mestres ambulantes precedentes de várias partes do mundo grego que fascinavam a juventude com o brilhantismo de sua retórica, ou arte do convencimento." (COSTA, 1995: 67)

Aos sofistas é atribuído a prática de uma formação contínua do adulto que se torna capaz de refletir sobre o seu tempo.

De maneira geral podemos dizer que os gregos deixaram para a sociedade ocidental grande contribuição para a educação, parte da tradição pedagógica hoje de maneira particular a do Brasil, vem dessa herança deixada pelos gregos. A educação grega não era de caráter ocasional, seguia os valores da época e tinha diferentes protagonistas sociais,

"(...) em geral do sexo masculino, e, de ou menos valorizado na sociedade grega. Esse é o caso do pedagogo, do pedótriba, do gramático ou didáscalo, do retor, do preceptor e, no que diz respeito à educação superior, dos sofistas e filósofos." (COSTA, 1995: 69)

Estes últimos, comprometem-se com a sociedade no sentido ético e moral da profissão preocupados com o saber e a verdade.

Em Roma, o modelo de educação adotado tem uma postura mais pragmática, ocupando-se com problemas práticos, cotidianos, deixando em segundo plano a contemplação, dedicando-se mais a retórica do que a filosofia.

A organização da educação romana começa a partir do século IV a . C., quando surge as escolas elementares, que se voltam ao atendimento da classe dos comerciantes e artesãos, surge a figura do **lud magister** que era o professor primário, na verdade estes professores eram antigos escravos ou algum proprietário falido que abriam "lojas de instrução", a educação era colocada como mais uma mercadoria dentre as outras para ser vendida. A semelhança da Grécia, ser assalariado significava inferioridade, servidão mesmo que os trabalhadores fossem homens livres. A origem da profissão docente concebida pelos romanos, tem um caráter inferior, pois ela é exercida por uma classe desprestigiada que vende a instrução como qualquer outro artigo em lojas de feira onde os comerciantes fazem de tudo para adquirir fregueses.

Surge entre os romanos um outro tipo de educação que é "os cursos dos gramáticos com o objetivo de colocar os jovens dos doze aos dezesseis anos em contato com os clássicos gregos" (COSTA, 1995: 70-71) devido o contato com os povos helênicos, a partir desse contato os conhecimentos se ampliam pois o homem livre precisa ter uma educação que abranja todo o conhecimento . **Os gramáticos**, levavam a educação enciclopédica de casa em casa, pois essa era uma instrução necessária para a política, para os negócios e para as disputas nos tribunais, os gramáticos tiveram seu papel importante na formação do homem livre de Roma. Um outro tipo de instrutor da educação romana e o Retor,

"... surge para aperfeiçoar a retórica. Esse conhecimento rebuscado da arte de usar a palavra só era acessível aos ricos, pois os Retores, mistos de poeta, ator, músico, advogado, janota e professor de boas maneiras, cobravam muito bem por seus ensinamentos." (COSTA, 1995 : 70-71)

Dentre os professores citados, existe uma certa ordem de prestígio **o ludi magister, gramático e retor** —os primeiros são pessoas simples e mal pagas e os *retores* são os de maior prestígio e melhor

remuneração.

Com o declínio da importância da eloquência política, fato que acontece no período imperial, "emerge a necessidade de domínio dos complexos meandros da burocracia do Império. **Retores e filósofos** vão assumindo grande relevância na preparação aos cargos oficiais e o ensino passa a ser uma verdadeira indústria com os professores disputando os alunos entre si." (PONCE Apud COSTA, 1995: 71) Devido a necessidade do Estado de um corpo com formação elementar, o estado passa de "subvencionador a controlador legal e, por fim, a responsável total pela educação." (COSTA, 1995: 72)

A oficialização do ensino público ocorre graças a oposição do imperador Juliano à expansão do cristianismo "quando, na tentativa de impedir a contratação de professores cristãos, exige que toda a nomeação de professor seja confirmada pelo Estado." (ARANHA Apud COSTA, 1995: 70). Os professores passam a defender os interesses do Estado.

Depois da queda do Império Romano (456) inicia-se a Idade Média período que inicia a disseminação do cristianismo e o trabalho docente é inscrito "em outro referencial filosófico pedagógico." (COSTA, 1995: 72) A sociedade é orientada pelo pensamento na lei religiosa, a educação passa a ser propriedade da igreja que guarda em seus mosteiros onde somente religiosos tem acesso a herança greco-latina, assim, a Idade Média é marcada pelo controle da Igreja sobre uma sociedade em que nem nobres ou servos sabem ler. As escolas romanas que ainda existiam funcionavam precariamente, os funcionários Leigos do Estado são substituídos pelos religiosos que sabem ler e escrever.

Porém, os séculos XI, XII e XIII são marcados pelo surgimento das cidades e com elas uma nova classe social, a burguesia, que inicialmente frequenta a escola monacal mas a medida em que se fortalece percebe a necessidade de um outro tipo de formação que venha atender aos seus interesses de classe em ascensão. Assim, surgem as escolas cujos professores são leigos nomeados por autoridades municipais, no início as escolas não dispõem de acomodações adequadas, e o mestre recebe os alunos em diferentes locais: na própria casa, na igreja, ou em sua porta, numa esquina de rua ou aluga uma sala, Philippe Ariès, (1981, P. 166-167) historiador francês, vai dizer que os mestres esperavam os alunos como se espera pelo freguês, essas escolas eram independentes uma das outras, os alunos sentavam-se sobre palhas, as idades eram de seis a vinte anos. "Assim, na sociedade moderna emergente inscreve-se o surgimento definitivo de uma civilização de base escolar que se consolidará, incessantemente, até os nossos dias."(COSTA, 1995: 75)

É em pleno Século XIX que são criadas as chamadas escolas Normais, que tornam-se o centro de formação dos professores, o velho mestre é substituído pelo professor, este em sua grande maioria pertence a uma classe menos favorecida economicamente e isso os identifica aproximando-os entre si, facilitando a formação de uma identidade profissional, que vai sofrer uma relativa desvalorização enquanto profissão com a entrada de mulheres em seu corpo docente.

2. INSERÇÃO DA MULHER NA PROFISSÃO DOCENTE

O processo de inserção da mulher na profissão docente ocorre basicamente por ter sido uma profissão que primeiro abriu espaço para as mulheres sem que estas fossem reprovadas pela sociedade e também pela profissão ser associada com a maternidade "as mulheres foram de curta forma impelidas para ele em função do argumento construído e reafirmado dentro da lógica do patriarcado, em sua versão moderna, de associação da tarefa educativa com a maternidade." (COSTA, 1995: 160)

Se a mulher pode e deve cuidar bem de seus filhos, também poderá educar outros "filhos" para a Nação. A sala de aula, seria uma extensão do compromisso da mulher com a sociedade.

A estudiosa Mariza Vorraber (1995) vai nos dizer que neste século um grande número de mulheres procurou a profissão docente, tornando-a primordialmente uma profissão feminina, ela ainda chama

atenção para o fato de que a feminização do magistério é um fenômeno internacional. " *Embora os registros históricos indiquem que no final do século passado os professores homens eram a maioria...*" (COSTA, 1995: 160) Nessa época as mulheres não eram motivadas para trabalhar fora de casa, no Brasil a entrada das mulheres no magistério não aconteceu de forma pacífica, pois haviam debates contrários ao trabalho da mulher fora do lar e também quanto a sua capacidade para educar as crianças.

Devido ao limite legal de acesso a escolarização mais avançada, as mulheres de classe média encontram no magistério a única alternativa de trabalho, porém no processo de industrialização as mulheres das classes mais baixas tem uma participação significativa como força de trabalho, deste modo a profissão docente não se perfaz como sendo a única capaz de abrir espaço para as mulheres no campo profissional e nem todas as mulheres tem acesso a essa profissão por ser a que primeiro abre espaço para elas.

Verificando que a profissão docente aos poucos vai se tornando feminina percebe-se um certo afastamento do setor masculino, isto decorre principalmente pela má remuneração, os salários eram baixos insuficientes para provimento das despesas com a família. Nos perguntamos se para as mulheres o salário também não era insuficiente? Responde-se que o salário da mulher não era o que deveria garantir o sustento da família, pois ele era tido com uma renda suplementar, pois era ao homem que cabia a responsabilidade de chefe da família.

Hoje vemos que essa visão é diferente pois

"... mesmo que no mercado de trabalho a remuneração feminina seja inferior à masculina, o que a mulher ganha como salário é indispensável para completar aquilo que é necessário ao seu sustento e/ou ao de sua família, o que é bem diferente de trabalhar 'apenas para seus alfinetes'." (COSTA, 1995: 176)

Um outro fato que deve ter contribuído para a feminização da docência foram as novas oportunidades de trabalho para os homens " *o que no Brasil pode ser atribuído ao processo de urbanização e início da industrialização...*" (COSTA, 1995: 162) Os homens se afastaram da docência e as mulheres vão assumindo os postos deixados pelos homens. Um outro fato levantado por Vorraber e que nos parece importante para o entendimento da feminização da profissão docente é o crescente controle do Estado sobre a escola, o que torna

"a docência cada vez mais regulamentada, normatizada e menos autônoma, propiciando o afastamento dos homens que viam no ensino flexibilidade e informalidade que os permitia articula-lo com outras ocupações. Este é mais um fato que reforça o que se convencionou dizer sobre as mulheres que elas são" mais sujeitas e acostumadas ao controle, as mulheres se adaptaram com mais facilidade à novas características da ocupação." (COSTA, 1995: 162)

O modo como as mulheres vão ocupando o espaço docente está relacionado " *Há uma hierarquia no interior da profissão ligada a níveis de formação.*" (COSTA, 1995: 163) Ao homens é dado o direito de acesso a qualquer grau de formação de modo que podem galgar rápido e legitimamente as posições mais elevadas, quanto as mulheres só lhes resta ocupar os cargos deixados pelos homens, aqueles que exigiam menor escolarização.

Para discorrermos sobre a feminização do ensino faz-se necessário abordarmos dois aspectos: " *a questão dos diferentes níveis de formação sobre os quais está estruturada a carreira do magistério e as implicações da escolarização de massa.*" (COSTA, 1995: 163)

A Legislação de 1971, vai estabelecer que ascensão e promoção na carreira do magistério vai estar vinculada ao nível de formação do professor, e não ao Grau de ensino em que ele atua, ela também

define a formação mínima para atuação nos diferentes níveis de ensino, porém, devido a carência de docentes formados de acordo com exigência Legal acaba-se por admitir professores com titulação inadequada, estabelecendo-se assim uma certa hierarquia interna.

Dentro das implicações da escolarização de massas vamos destacar o crescimento de estudantes na rede pública, o aumento das oportunidades de trabalho, o crescimento dos gastos estatais com a educação, esses fatos tiveram repercussão negativa pois

"... o poder estatal passou a remunerar precariamente seus quadros, iniciativa em que foi favorecido por lidar com uma força de trabalho feminina emergente, à procura de espaço no mundo laboral, e despreparada para atuar no campo político das negociações salariais."
(COSTA, 1995: 165)

A pesar da mulher estar despreparada para atuar no campo político das negociações salariais, a história do professorado que reivindicam melhores condições profissionais, tem revelado um elevado grau de participação política, mostrando assim que a história se modifica , não é estática.

No final do século XIX a escola é considerada como portadora da instrução, concebida como a libertadora da ignorância e *"como instrumento para igualdade entre os cidadãos."* (COSTA, 1995: 81) Na década de 30- 40 os professores gozam de grande prestígio profissional, porém, com a eclosão da Primeira guerra mundial

"... põe em xeque os tais 'benefícios da instrução', uma vez que eclode, justamente em países fortemente escolarizados. Surge então, um movimento renovador - a Educação Nova - imbuído de consolidar a paz mundial, mas que é detido pela eclosão da Segunda guerra, desacreditando o ideal escolar e fazendo tomar corpo a idéia do imobilismo e da perversidade das estruturas."(COSTA, 1995: 82)

Em meio ao caos em que se encontra a sociedade surgirá uma propagação de desescolarização da sociedade que não medirá esforços para criticar o professor *".... em crise de identidade profissional, os docentes são levados a redefinir seus papéis e funções em uma sociedade em transformação que questiona seus valores."* (COSTA, 1995: 82)

Diante do levantamento histórico, importa agora trazer uma reflexão sobre a docência na atualidade, pois o assunto tem se tornado centro de alguns debates ou encontros nacionais, tornou-se central falar sobre a formação e a valorização do professor.

A própria Legislação (LDB N.º 9.394 / 96) destaca um Título: ***Dos Profissionais da Educação***, Artigos 61 ao 67 onde evidencia como ***locus*** da formação docente para Educação Básica o ensino superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, preferencialmente em universidades ou ainda em institutos superiores de educação, admitindo-se como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Art. 62). Faz-se necessário então procedermos uma análise para tentar mostrar esta problemática na atualidade.

3. A VALORIZAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO ATUAL

Anteriormente levantávamos algumas questões acerca da história da profissão docente apresentando-a no contexto da Antiguidade clássica, Moderna e Contemporânea.

Hoje iniciando um novo século e um novo milênio em que a sociedade já passou por vários estágios de evolução, avanços científicos e tecnológicos, a escola ainda permanece como a responsável pela sistematização do conhecimento através de um corpo docente que nem sempre recebe a devida atenção no sentido de garantir melhores condições para exercício da profissão.

Dentro das políticas públicas educacionais a questão da formação e valorização dos professores tem sido um desafio, verificando-se que nos últimos vinte anos houve ampliação das redes de ensino, o que em consequência deveria ser ampliado o quadro de docentes com formação adequada.

O Censo do Professor revela um quadro de profundas desigualdades regionais, que configuram tanto em relação à formação quanto a remuneração dos professores, que só confirmam a necessidade de políticas que promovam melhor a equalização na distribuição dos recursos e garantam a oferta do ensino público, um dos objetivos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, FUNDEF.

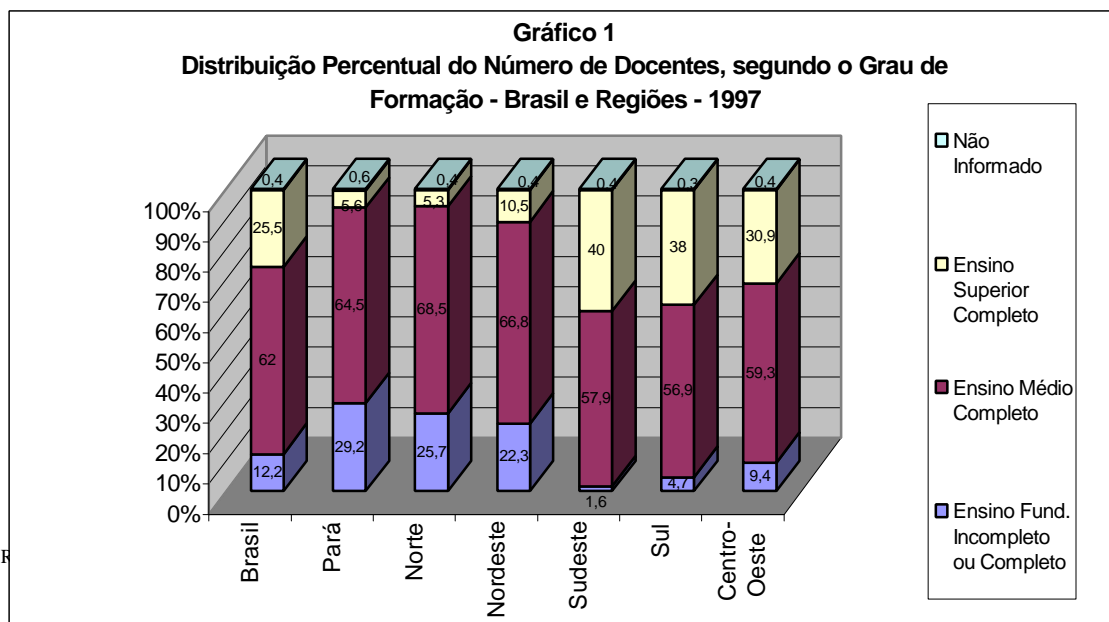
Os dados apresentados pelo Censo do Professor de 1997 (ver tabela 1) apontam para algumas dificuldades no que tange a formação docente no Brasil, com relação as desigualdades regionais.

Tabela 1- Número de Docentes por Grau de Formação, Segundo a Unidade da Federação – 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental – 1997

Unidade da Federação	N.º de Docentes por Grau de formação e localização				
	Total	Ensino Fund. Comp. ou incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Completo ou mais	Não informado
Brasil	616. 956	74. 965	382. 217	157. 432	2. 342
Região Nordeste	221. 191	49. 392	147. 728	23. 255	816
Região Sudeste	211. 851	3. 602	122. 604	84. 807	838
Região Sul	90. 450	4. 286	51. 461	34. 416	287
Região Centro-Oeste	38. 967	3. 669	23. 096	12. 040	162
Região Norte	54. 497	14. 016	37. 328	2. 914	239
Pará	27. 085	7. 928	17. 475	1. 515	167

Fonte: INEP – MEC, Censo do Professor, 1997

Para visualizarmos em percentuais as desigualdades regionais no país com relação ao Grau de formação docente vejamos o gráfico 1, onde fica mais ilustrativo percebermos a situação da Região Norte, em especial do Estado do Pará.



Fonte: INEP – MEC, Censo do Professor, 1997

Do total de docentes que trabalham no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série no país observa-se que 12, 2% possuem o Ensino Fundamental completo ou incompleto, 62% o Ensino Médio completo e 25, 5% a formação Superior ou mais.

Observamos que as Regiões Nordeste e Sudeste respectivamente tem um maior percentual de docentes no Ensino Fundamental do país atuando de 1ª a 4ª Série, porém , o Nordeste apresenta em seu quadro docente um índice maior de professores Leigos, com apenas o Ensino Fundamental completo ou incompleto (22, 3%), na Região Sudeste este percentual é menor (1, 6%). Analisando as duas Regiões, chama-nos atenção o fato de que do total dos docentes atuando no Ensino Fundamental na Região Sudeste 40% tenha a formação Superior em contraposição a Região Nordeste tem apenas 10, 5% de seu quadro docente com a formação superior.

Região Sul 14, 7% do total de docentes do país distribui-se: 4, 7% com o Ensino Fundamental completo ou incompleto, 56, 9% Ensino Médio completo e 38% com o Ensino Superior ou mais.

Região Centro- Oeste com 6, 3% dos docentes distribuídos em 9, 4% no Ensino Fundamental completo ou incompleto, 59, 3% Ensino Médio completo e 30, 9% com o Ensino Superior completo ou mais.

A Região Norte absorve 8, 8% do total de docentes do país atuando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série, destes 25, 7% possuem o Ensino Fundamental completo ou incompleto, 68, 5% o Ensino Médio completo e 5, 3% o Ensino Superior completo ou mais. Dentro da Região Norte destacamos o Estado do Pará, numa tentativa de análise de seu quadro docente, percebemos que ele é formado por 50 % do total dos docentes que pertencem a Região Norte.

Comparando com o total nacional, seu percentual é de 4%, que assim estão distribuídos: 29, 2% de seus docentes possuem o Ensino Fundamental completo ou incompleto, 64, 5% o Ensino Médio completo e 5, 6% o Ensino Superior completo ou mais.

Para explicitar mais especificamente o caso do Pará, optamos por exemplificar com dados de 2 municípios significativos das Mesorregiões do Estado: Santarém e Belém, para que possamos visualizar as diferenças situadas dentro do próprio Estado.

Tabela 2 - Ensino Fundamental – Número de Funções Docentes de 1ª a 4ª série, por Grau de Formação – 1996

Microrregião/ Município	FUNÇÕES DOCENTES POR GRAU DE FORMAÇÃO				
	Total	1º Grau incompleto	1º Grau completo	2º Grau completo	3º Grau completo
Santarém	2, 489	262	749	1, 457	21
Belém	6, 891	13	329	5, 830	719
Estado do Pará	32, 716	4, 306	7, 573	19, 846	990

Fonte: MEC/ INEP – SEDUC/ ASPLAN – Censo Educacional – 1996

Nota 1): O mesmo docente pode atuar em mais de um nível / modalidade de ensino e em mais um estabelecimento.

2): O mesmo docente de ensino fundamental pode atuar de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª Série.

Os dados fornecidos pelo Diagnóstico Educacional do Pará sobre o número de funções docentes de 1ª a 4ª Série por Grau de formação nos mostram na tabela 1 e 2 que no Estado do Pará entre 1996 e 1997 algumas alterações são percebidas, como:

- a) Redução no número de docentes com Ensino Fundamental atuando com turmas de 1ª a 4ª Série;
- b) Redução de professores com formação apenas ao nível do Ensino Médio;
- c) Acréscimo de professores com formação Superior exercendo a docência no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série. Essas constatações merecem um estudo mais aprofundado que se possa estar respondendo com base na realidade do Estado do Pará e em particular do município (os) estudados.

Dentro do próprio Estado do Pará podemos verificar algumas diferenças no número de docentes atuando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série nas duas Mesorregiões, Santarém e Belém (ver tabela 3), ressaltando-se as seguintes observações:

- a) Belém apresenta um maior percentual de docentes (19, 1%), Santarém um menor (8,2%);
- b) Belém tem apenas (3, 6%) de docentes com formação no Ensino Fundamental, Santarém (30%) dos docentes tem formação apenas no Ensino Fundamental;
- c) Belém tem (85, 4%) de docentes com formação no Ensino Médio, Santarém (67, 9%) ;
- d) Belém tem (11%) de docentes com formação superior, Santarém apenas (1, 5%).

Podemos nos perguntar porque tantas diferenças dentro do próprio Estado? Temos que levar em consideração que Belém é a capital do Estado, com um maior número de Instituições com formação superior portando oferecendo maiores oportunidades para a formação docente. Santarém tem maiores limitações, as Instituições com formação superior são em menor quantidade, apenas duas (UFPA e UEPA) oferecendo alguns cursos em períodos regulares e outros apenas em períodos intervalares e as privadas (duas) em geral, praticam preços muitas vezes difíceis de serem pagos pelos professores das redes públicas de ensino.

É importante então que o gestor da educação municipal preocupe-se com a oferta dessa modalidade de ensino para sua Rede, pois dos 1840 professores apenas 240 tem formação superior¹. A LDB (Art. 87, § 4º) exige que ao final da década da educação sejam contratados somente professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. A Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Nº 9. 424 / 96 no Art. 87 em seu Parágrafo único diz que: *" nos primeiros cinco anos, a contar da publicação desta lei, será permitida a aplicação de parte dos recursos da parcela de 60% (sessenta por cento), prevista neste artigo, na capacitação de professores leigos, na forma prevista no art. 9º, § 1º. "*² As legislações em vigor são claras em suas exigências, cabe aos gestores a tomada de

- e) decisão e torná-las efetivas através de projetos e programas que dêem conta da formação dos professores.

¹ Informações obtidas através da entrevista com a Prof. Marilza Serique da Secretaria de Educação de Santarém.

² Art. 9º Os Estados, o Distrito federal e os municípios deverão, dispor de novo Plano de carreira e remuneração do Magistério, de modo a assegurar:

- I. a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental, em efetivo exercício no magistério;
- II. o estímulo ao trabalho em sala de aula;
- III. a melhoria da qualidade do ensino.

§ 1º Os novos planos de carreira e remuneração do magistério deverão contemplar investimentos na capacitação dos professores leigos, os quais passarão a integrar quadro em extinção, de duração de cinco anos.

A seguir apresentamos os dados de 1998, onde vai estar em evidência o crescimento do número de professores atuando no ensino fundamental no Estado do Pará.

Tabela 3 - Ensino Fundamental – Número de Funções Docentes de 1ª a 4ª série, por Grau de Formação – 1998

Microrregião/ Município	Funções Docentes por Grau de Formação							
	Total	Fundamental		Médio		Superior		
		Incomp	Comp	Mag. Comp	Out. For.comp	Lic. Comp.	Com Mag.	Sem Mag.
Santarém	2. 992	204	710	1. 933	99	36	8	2
Belém	6. 939	26	222	5. 735	189	590	153	24
Estado do Pará	36. 365	4. 252	6. 490	23. 517	984	850	228	44

Fonte: MEC/ INEP – SEDUC/ ASPLAN – Censo Educacional – 1998

Nota 1): O mesmo docente pode atuar em mais de um nível / modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento. 2): O mesmo docente de ensino fundamental pode atuar de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª Série.

Quando trabalhamos o ano de 1998, observamos que o número de docentes do Ensino Fundamental (1ª a 4ª Série) no Estado do Pará cresceu em relação ao ano de 1996 (32. 716) e 1997(27. 085); pois temos 36. 365 docentes atuando (Ver a tabela 3). Os dados apresentados nos mostram o aumento no número de docentes atuando em turmas de 1ª a 4ª Série no Estado do Pará, esse fato consideramos positivo porque significa um melhor acompanhamento discente, uma melhor qualidade do ensino, expansão da oferta da matrícula neste nível de ensino. Por outro lado esse número expressa um acréscimo de docentes atuando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série com formação apenas em nível do Ensino Fundamental, isso significa que ainda está distante a extinção do professor leigo em nosso Estado; os dados também apontam um aumento na quantidade de docentes com formação ao nível Médio atuando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série; com relação ao Ensino Superior houve redução de docentes com essa formação atuando de 1ª a 4ª Série no Ensino Fundamental, esse fato poderá indicar que o professor está atuando em outra profissão onde receba uma maior remuneração, e quem sabe uma melhor valorização profissional.

O nosso quadro não é muito animador pois houve um acréscimo de docentes leigos, sem habilitação adequada para o exercício da docência, trabalhando no Ensino Fundamental fato que nos preocupa, pois a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9. 394/ 96) estabelece um prazo de dez anos para que estes professores sejam formados em nível superior ou por treinamento em serviço (Art. 87 § 4º); já o quadro dos formados com o Ensino Médio sofreu alteração no sentido de aumento de professores com esse Grau de formação trabalhando no Ensino Fundamental; quanto aos formados com Grau Superior sofreu redução, o que nos inquieta, já que em 1997 é implantado no Estado o FUNDEF³ que é uma política do Governo Federal, criada com o objetivo de solucionar os graves problemas que tem impedido a educação brasileira de alcançar o nível de qualidade desejado, porém concluímos que de acordo com o quadro de 1998, ainda não contempla resultados positivos na formação docente, o que ainda demandará esforços políticos nessa direção.

³ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Dando continuidade a nossa pesquisa e estudo, conseguimos às informações mais recente sobre a educação no município de Santarém⁴ as quais nos indicam que a partir da administração municipal de 1997 houve um significativo investimento na área de formação e capacitação dos professores. E em um documento intitulado **nota de esclarecimento à população**, assinado pela Secretária municipal de educação diz o seguinte:

Visando a melhoria da qualidade de ensino, investimos na formação continuada dos professores através de : capacitação dos professores para ministrarem língua estrangeira, de acordo com a LDB atendendo 45 professores da Zona Rural; curso de relações interpessoais onde 1.800 professores receberam curso de relações através do SENAC; oficinas pedagógicas para professores de 1ª a 4ª série; estudo dos Parâmetros Curriculares; construção do projeto político e pedagógico das escolas; capacitação dos professores de educação de adultos, atendendo ensino supletivo e alfabetização de adultos atendendo 350 professores; seminário de alfabetização com base lingüística para professores de 1ª e 2ª série; atualização de professores de educação física e recreação, disponibilizamos 12 professores para informática educativa com atuação em dois pólos: Escola Municipal Ubaldo Corrêa e Paulo Rodrigues.

A Secretária ainda destacou a reativação do Projeto Gavião I e II que deu possibilidade aos professores leigos de continuarem seus estudos, pois a rede municipal contava com 415 professores não habilitados para o exercício da docência. Com a reativação do referido projeto foi possível no ano 2000 eliminar o professor leigo (sem a formação no ensino médio) da rede municipal.

Faz-se necessário dizermos que os investimentos na formação do professor foram possíveis por conta da soma significativa que o município passou a receber a partir da implantação do Fundef no Estado do Pará (desde julho de 1997), pois a partir desse momento o município passa a contar com a complementação do referido Fundo, enquanto o valor mínimo do custo aluno/ ano estabelecido nacionalmente era de Cr\$ 300, 00. No município esse valor estava em Cr\$ 71,31, só com este dado já percebemos que Santarém recebeu uma complementação financeira significativa, o que pode ter impulsionado a adoção de programas de capacitação de seus professores. Com esses recursos, o município passa a ter obrigação legal de aplicá-los no ensino fundamental e na valorização do seu magistério (LDB/ 96, Art. 2), podemos observar na tabela 4 o volume desses recursos nos anos de 1997/1999.

Tabela 4 - Pará recursos recebidos através do Fundef

MUNICÍPIO DE SANTARÉM	Ano 1997		Ano 1998		Ano 1999	
	Matrícula	Valor recebido jul a dez	Matrícula	Valor recebido	Matrícula	Valor recebido
	36. 839	5. 145. 695,48	39. 314	12.564.131, 36	41. 741	13. 493. 826, 42

Fonte: Governo do Estado do Pará / Secretaria Executiva de Educação Assessoria de Planejamento

⁴ No mês de outubro fizemos um levantamento no próprio município, onde tivemos acesso a alguns documentos da Secretária Municipal e na ocasião uma entrevista com uma técnica da Secretaria.

Os dados apresentados na tabela nos revelam que a evolução no número de matrículas foi razoável o que nos pressupõe que houve um significativo investimento na Valorização do Magistério, de acordo com uma entrevista concedida pela Prof. Marilza Serique, Assessora Técnica da Secretaria de Educação ao grupo de pesquisa em Gestão e Financiamento da Educação, o governo investiu no curso de formação, na capacitação dos professores e na formação em serviço onde foi eliminado todo professor leigo da rede e o governo reeleito tem como proposta preparar um projeto para dar formação de nível superior para os professores, já estão entrando em contato com os Institutos e Universidades que oferecem o curso.

Houve também investimento na melhoria física dos prédios,

Nos quatro anos de governo foram construídas 205 escolas tudo dentro do padrão do MEC, a escola era entregue com mesa para o professor, cadeira e carteiras dos alunos, depósito de merenda, (...) a pintura alegre, as cores vivas dava uma vida diferente, as escolas passaram a apresentar-se de uma forma bem adequada e completa, não é construção apenas de sala de aula mas escola de verdade com tudo que um cidadão tem direito.⁵

Agora no novo mandato, com início de um novo milênio e um novo século, aguardamos que de fato seja cumprida a proposta de uma educação de qualidade e de acesso a todos os cidadãos.

CONCLUSÃO

Os pontos levantados na pesquisa nos levam a refletir sobre a valorização docente com vistas a indagarmos até que ponto as políticas públicas estão preocupadas com o desenvolvimento da educação, entendendo-a como fundamental sua contribuição para as demandas sociais, com um projeto de sociedade e de cidadania e com o desenvolvimento e a paz . Por outro lado, esses anseios confrontados com o crescimento populacional nos colocam desafios, e a educação por meio do professor, certamente tem um papel decisivo a desempenhar nessa construção histórica da sociedade, visto que o trabalho docente é fundamental, por meio da (re)construção e disseminação do conhecimento, para a escola enquanto instituição.

A partir da Conferencia Mundial de Educação Para Todos, realizada pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Banco Mundial, Unesco e Unicef em Jomtien Tailândia, o país vem colocando no centro de suas discussões a questão da educação, pois a referida conferência considerou o Brasil como um país que ainda não foi capaz de assegurar uma educação básica de qualidade para o conjunto de sua população.

Os resultados apontados pelo SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) revelam uma baixa qualidade do ensino e indicam como saída, investir na formação dos professores, o que nos remete ao seguinte entendimento: de que é necessário investir na qualidade da formação do professor para que se reverta o quadro negativo da educação no país. Uma educação de qualidade exige investimento na valorização e formação de seus professores para que estes possam responder a necessidade de um país que quer oferecer de verdade uma educação de qualidade para todos sem exceção alguma.

Na realidade paraense, os dados apresentados sobre o Grau de formação docente para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série indicam que existe um percentual significativo de professores leigos, ou seja, sem habilitação adequada, exercendo a docência de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n.º 9. 394 de 1996 (LDB) exige que ao final da década da educação, a contar da data da publicação da Lei, sejam admitidos somente professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço (Art. 87 § 4º).

⁵ Depoimento feito em entrevista com a Prof.. Marilza Serique, SEMED/Santarém, em 16. 10. 2000

Acreditamos que esse cenário poderá ser revertido com a influência da LDB e da dinâmica da gestão financeira do FUNDEF pois : a) O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, destina 60% dos seus recursos para remuneração de professores e, nos primeiros cinco anos a contar da publicação da Lei para a capacitação de professores leigos; b) e a LDB que determinou a habilitação em nível superior ou formação por treinamento em serviço com critérios para contratação de professores.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil : promulgada em 5 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. – 22^a ed. atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 1999. – (Coleção Saraiva de legislação).

BRASIL. Lei N.º 9. 424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber. Trabalho docente e profissionalismo. – Porto alegre: Sulina, 1995.

COSTA, Vera Lúcia Cabral (Org.) Descentralização da Educação: novas formas de coordenação e financiamento; Alfredo Sarmiento Gómez [et al.] – São Paulo : FUNDAP : Cortez, 1999.

GAMBOA, S. S. (org.) Pesquisa educacional: quantidade – qualidade. 2^a edição, São Paulo: Cortez, 1997.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação. 2.Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2000. – (Coleção Formação de Professores).

PARÁ, SECRETARIA de Estado de Educação. Diagnóstico Educacional do Pará 1996 – 1997. Série Estatísticas Educacionais, nº 2. Seduc - PA

PARÁ, SECRETARIA de Estado de Educação. Diagnóstico Educacional do Pará 1998. Série Estatísticas Educacionais, nº 3. Seduc - PA

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas. 5^a edição. Campinas: SP; editora Autores Associados, 1999